



Município de Vouzela
Alameda D. Duarte de Almeida, 3670-250 Vouzela
telef. 232 70 740 / fax. 232 771 513
GERAL@CM-VOUZELA.PT

MUNICÍPIO DE VOUZELA

CONSULTA PRÉVIA

(artigo 259.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo
Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua atual redação)

“BS202224 – FORNECIMENTO DE GASÓLEO RODOVIÁRIO PARA O MUNICÍPIO DE VOUZELA”

Ao Abrigo do Acordo Quadro para Fornecimento de Combustíveis
Rodoviários da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões
(AQ_CPI_02/2020)

Convite



Município de Vouzela
Alameda D. Duarte de Almeida, 3670-250 Vouzela
telf. 232 70 740 / fax. 232 771 513
GERAL@CM-VOUZELA.PT

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO

1.1. O presente procedimento destina-se à aquisição de gasóleo rodoviário, em regime de fornecimento contínuo, para o Município de Vouzela, ao abrigo do Acordo Quadro para Fornecimento de Combustíveis Rodoviários (AQ_CPI_02/2020), celebrado pela Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões.

1.2. Aquisição de gasóleo rodoviário a que corresponde o Lote 2 – Aquisição de combustíveis rodoviários, designadamente gasolinas e gasóleo, a granel.

2. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE ADJUDICANTE

A Entidade Adjudicante é o Município de Vouzela, com sede na Alameda D. Duarte de Almeida, 3670-250 Vouzela, com o número de telefone 232740740 e fax 232771513 e com o endereço de correio eletrónico geral@cm-vouzela.pt.

3. DESIGNAÇÃO DO ORGÃO COMPETENTE PARA A DECISÃO DE CONTRATAR

A entidade competente para a decisão de contratar é o senhor Presidente do Município de Vouzela, de acordo com as competências para a autorização de despesa conferida nos termos e limites previstos no artigo 18.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, estando implícita nesta competência a decisão de contratar, a decisão de escolha do procedimento e a decisão de aprovação das peças do procedimento a que se referem, respetivamente, os artigos 36.º, 38.º e 40.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

4. FUNDAMENTAÇÃO DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO

O presente convite é efetuado ao abrigo do Acordo Quadro para “Fornecimento de Combustíveis Rodoviários” (AQ_CPI_02/2020), celebrado pela Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, nos termos do artigo 259.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua atual redação, aplicando-se-lhe, em tudo o que não estiver especialmente regulado, as disposições do caderno de encargos do Acordo Quadro referido.

5. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E ERROS E OMISSÕES

5.1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, bem como lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento devem ser colocados na plataforma eletrónica com endereço www.acingov.pt, dentro do primeiro terço do prazo fixado para apresentação de propostas, conforme estatuído no n.º 1, do artigo 50º, do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação.

5.2. Os esclarecimentos serão prestados, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas. No caso dos esclarecimentos serem prestados para além do referido prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para apresentação das propostas será prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao atraso verificado.

6. INSPECÇÃO DOS LOCAIS A ABASTECER

Os interessados deverão inspecionar o local de abastecimento constante na cláusula 6.ª do Caderno de Encargos e realizar os reconhecimentos que entenderem indispensáveis à elaboração das suas propostas.

7. IDIOMA DA PROPOSTA

Os documentos que constituem a proposta, bem como os documentos de habilitação, devem ser redigidos em língua portuguesa. Quando pela própria natureza ou origem, os documentos estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

8. DOCUMENTOS DA PROPOSTA

8.1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **ANEXO I**, referido na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação.
- b) Lista de preços unitários conforme mapa de quantidades disponibilizado em plataforma eletrónica www.acingov.pt;
- c) Documento que contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais os concorrentes se dispõem a contratar, nomeadamente:
 - Proposta elaborada de acordo com o modelo constante no **ANEXO III** do presente convite onde se evidencie a formação do preço de cada litro de gasóleo aditivado, que resulta da aplicação do **desconto** unitário ao preço de **referência divulgado na semana anterior ao limite do prazo** para apresentação das propostas, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
 - Prazo de entrega do bem objeto do contrato (máximo 48 horas).
- d) Certidão do registo comercial do concorrente, atualizada com todas as inscrições em vigor, ou em alternativa indicação do código de acesso à certidão permanente, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, ou documento equivalente.

e) Documento que indique o poder de representação e a assinatura do assinante, nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura.

8.2. Quando os preços sejam apresentados também por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem sobre os indicados em algarismos.

8.3. Os preços apresentados terão um máximo de **quatro casas decimais**.

8.4. A proposta deverá ser obrigatoriamente apresentada na plataforma eletrónica de contratação pública www.acingov.pt, contendo assinatura eletrónica qualificada do concorrente ou seu representante. Sempre que seja assinada por procurador, juntar-se-á procuração que confira a este ultimo poderes para o efeito, ou pública forma da mesma, devidamente legalizada.

8.5. No caso de agrupamento de concorrentes, a proposta deverá ser assinada por todas as entidades que o compõem, ou pelos seus representantes, ou pelo representante comum, caso aquelas o tenham designado, devendo este, para tal, estar devidamente mandatado.

8.6. Qualquer classificação de documentos que constituem a proposta deverá ser previamente requerida pelos interessados, nos termos do artigo n.º 66.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação.

9. ANALISE DAS PROPOSTAS

9.1. São excluídas as propostas que apresentem algum ou alguns dos motivos constantes dos artigos 70.º e 146.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação.

9.2. Na análise das propostas o júri do procedimento terá em consideração apenas os documentos exigidos no presente convite. Os demais documentos apresentados pelos concorrentes não serão objeto de apreciação, prevalecendo para o efeito o estipulado no caderno de encargos e convite.

10. PRAZO DE ENTREGA DA PROPOSTA

10.1. As propostas, bem como os documentos que as acompanham, devem ser apresentadas até às **17 horas do 6.º dia** na plataforma eletrónica com endereço www.acingov.pt, através do meio de transmissão escrita e eletrónica de dados

10.2. Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

11. PRAZO DE OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Os concorrentes são abrangidos a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

12. NEGOCIAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas apresentadas **não** serão objeto de negociação, nos termos da alínea a), do n.º 2, do artigo 115.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação.

13. MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Os documentos que constituem a PROPOSTA são apresentados diretamente na plataforma eletrónica www.acingov.pt, através do meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.

14. PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO

É dispensada a prestação da caução nos termos do n.º 2, do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, e não haverá lugar à retenção a que se refere o n.º 3 do mesmo artigo.

15. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

15.1. O critério de adjudicação será o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de **Monofator**, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço, de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, na sua atual redação.

15.2. No caso de o mais baixo preço, constar de mais de uma proposta a diferenciação dessas propostas onde o preço é o mesmo, para efeitos da sua hierarquização por mérito e subsequente adjudicação, efetuar-se-á por referência ao prazo de entrega do bem objeto do contrato;

15.3. Caso o prazo de entrega seja igual em mais do que uma proposta, a diferenciação dessas propostas, para efeitos da sua hierarquização por mérito e subsequente adjudicação efetuar-se-á por sorteio realizado pelo Júri na presença de um representante de cada um dos concorrentes, ato do qual será redigida ata que será assinada por todos os intervenientes.

15.4. Os concorrentes serão notificados da data, hora e local do sorteio com a antecedência de 5 dias. Os concorrentes deverão apresentar-se munidos da respetiva identificação e de comprovativo ou declaração que confira poderes para representar a entidade, emitida por quem tem poderes para a obrigar.

15.5. O preço referido anteriormente, resulta da aplicação do **desconto** unitário ao preço de **referência divulgado na semana anterior ao limite do prazo** para apresentação das propostas, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

16. ADJUDICAÇÃO POR LOTES

O presente procedimento não prevê a adjudicação por lotes, nos termos do n.º 2, do artigo 46.º-A do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação.

17. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

17.1. Os documentos de habilitação a apresentar serão os seguintes:

- a) Declaração elaborada em conformidade com o modelo constante no ANEXO II, referido na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação.

- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação.
- c) Certidão do Registo Comercial.
- d) Comprovativo de submissão e validação da declaração efetuada no Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE) ou, indicação do código de acesso.

17.2. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste do programa do procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe um prazo para o efeito.

18. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

18.1. O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação referidos através do endereço de correio eletrónico identificado no ponto 9 do presente convite, no prazo de **10 (dez) dias** após a notificação da decisão de adjudicação.

18.2. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário nos termos do número anterior, será concedido um prazo adicional de **5 dias** destinado ao seu suprimento, conforme o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação.

19. OUTRAS INFORMAÇÕES

De acordo com o estipulado no caderno de encargos, o preço base para o prazo de vigência do contrato não pode, em qualquer caso, ser superior a **120.000,00€ (cento e vinte mil euros)**, ao qual acresce o valor de IVA à taxa legal em vigor.

A classificação do vocabulário comum para os contratos públicos (CPV) a que se refere o Regulamento (CE) n.º 213/2008, publicado no Jornal Oficial da União Europeia n.º L74, de 15 de Março de 2008, é "09100000-0 - Combustíveis", para o presente contrato.

Em tudo o não especificado no presente convite, aplicam-se as disposições constantes do CCP, na sua atual redação, bem como as disposições legislativas e regulamentares aplicáveis, de acordo com a natureza da aquisição de bens aqui em causa.

O Município de Vouzela reserva o direito de não adjudicar o presente contrato caso na data consagrada para o efeito se verifique a inexistência de Fundos Disponíveis que permitam a realização da respetiva despesa, conforme determina a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro).



Município de Vouzela

Alameda D. Duarte de Almeida, 3670-250 Vouzela

tel. 232 70 740 / fax. 232 771 513

GERAL@CM-VOUZELA.PT

As presentes cláusulas do convite, foram aprovadas por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vouzela.

Vouzela, julho de 2022

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

(Eng. **Rui Miguel Ladeira** Pereira)

ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a), do n.º 1, do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos,
na sua atual redação]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo -quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b)*, *d)*, *e)* e *h)* do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.



Município de Vouzela

Alameda D. Duarte de Almeida, 3670-250 Vouzela

telf. 232 70 740 / fax. 232 771 513

GERAL@CM-VOUZELA.PT

7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a), do n.º 1, do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos,
na sua atual redação]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b)*, *d)*, *e)* e *h)* do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III

Modelo de proposta

(a que se refere a alínea c) do ponto 8.1. do convite)

_____ (a), depois de ter tomado conhecimento do objeto do
_____ (b), a que refere o anúncio datado de _____
de _____ de _____, obriga-se a executar aquele, de harmonia com as condições
e termos expressos no caderno de encargos e legislação aplicável, pela quantia de:

Combustíveis rodoviários – gasóleo aditivado, a granel

Desconto unitário de €____,____ (extenso.....), acrescido de IVA, à taxa legal em vigor.

$$\text{Preço/litro} = (\text{PR} - \text{D})$$

(valor do PR, relativos à semana anterior da data limite para entrega das propostas)

Em que:

PR – preço de referência;

D – desconto.

Preço unitário final do litro de gasóleo de _____, _____ €, acrescido de IVA, à taxa legal em vigor.

Prazo de entrega do bem objeto do contrato: horas (máximo 48 horas)

Mais declara que renuncia a foro especial, e se submete em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

_____, _____ de _____ de _____

_____, _____ (c)

(Assinatura)

(a) Identificação do concorrente pessoa singular ou do(s) representante(s) legal(ais) do concorrente, tratando-se de pessoa colectiva, indicação do nome, estado civil, profissão e residência, ou firma e sede;

(b) Indicar o objecto do fornecimento;

(c) Assinatura do concorrente pessoa singular ou do(s) representante(s) legal(ais) do concorrente, tratando-se de pessoa colectiva.